

## **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENO DO FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO (FNE) - 12 E 13 DE AGOSTO DE 2024 - 9H ÀS 18H (CAPES)**

Às nove horas e trinta minutos dos dias doze de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, na sede da Capes, Brasília-DF, iniciou-se a 2ª Reunião Ordinária do Pleno do Fórum Nacional de Educação (FNE), contando com a participação de seus membros, convidados e observadores, conforme lista de presença anexa a esta ata. A proposta de Pauta e Dinâmica do primeiro e do segundo dia de Reunião incluiu: 1) Abertura da Reunião do Pleno FNE; 2) Estratégia de Cooperação Técnica com Estados e Municípios; 3) Apreciação das Atas anteriores 4) G20 Educação Social; 5) Interação dos Fóruns de Educação com as Assembleias Legislativas e os Planos de Educação; 6) Análise do Projeto de Lei n. 2.614/2024 Plano Nacional de Educação; 7) Análise do Projeto de Lei n. 2.387/2023 Inclusão de trabalhadoras da Educação Infantil no artigo 61 da LDB; 8) Pedido de reunião com o Pleno do FNE recebido do Movimento Somos Todas Professoras; 9) Informes e apresentação de propostas dos Grupos de Trabalhos Temporários do FNE; 10) Apresentação e debate sobre a Estrutura Organizacional do FNE; 11) Informes das entidades e Secretarias do MEC com assento no FNE; 12) Encerramento. **Heleno Araújo (CNTE)** saudou a todos presentes e apresentou a proposta de pauta dos dois dias de reunião, sugerindo adequação de horário para que todos os membros do FNE participassem do ato de posse dos Conselheiros do Conselho Nacional de Educação. Em seguida, a proposta de pauta foi SUBMETIDA E APROVADA PELO PLENO. Em seguida, passou à abertura da reunião e apresentação dos convidados, registrando, ainda, o agradecimento à Capes pela cessão do espaço. **Luiz Dourado (ANPAE)** pediu a palavra para parabenizar Heleno Araújo e Givânia Maria, membros do FNE que tiveram indicação aceita para compor o Conselho Nacional de Educação (CNE), concordando com a mudança da programação sugerida e afirmando que os professores representam a possibilidade de defesa de um projeto de educação pública. A felicitação foi reiterada pelos demais presentes na reunião. **Heleno Araújo (CNTE)** agradeceu a todos pelas felicitações, pontuando que os papéis do FNE e do CNE são distintos, mas que exigem integração nas ações. **Givânia Maria (CONAQ)** também agradeceu, comentando que a CONAQ tem longa história de defesa das populações quilombolas, registrando a importância do acolhimento da entidade nesta primeira reunião presencial do Fórum que ela participava após a admissão do pedido de ingresso, assim como dizendo de sua alegria por colaborar com esse momento da história do nosso país no Conselho Nacional de Educação. Para dar início ao **Ponto 2) Estratégia de Cooperação Técnica com Estados e Municípios**, com a palavra, o **Secretário Maurício Holanda (SASE/MEC)** fez comentários sobre a tramitação do Projeto de Lei nº 2.614, de 26 de junho de 2024, que dispõe sobre o Novo Plano Nacional de Educação - PNE, considerando que o atraso da discussão do texto na Câmara de Deputados deve-se ao esvaziamento provocado pela participação dos parlamentares no processo de eleição para prefeitos. De todo modo, ressaltou a importância de construir uma estratégia de cooperação técnica entre União, Estados e Municípios, que envolverá, sobretudo, o uso contínuo dos meios digitais e remotos, por meio de uma plataforma virtual. Mencionou que os desafios vão além de questões técnicas, tomando como exemplo a sequência de obstáculos colocados pelos deputados da extrema direita, alegações de que seria um plano meramente ideológico, além das inúmeras tentativas de inviabilizar o debate público,

provocando a constante polarização, difícil de ser enfrentada dada a pequena base de apoio político. O Secretário também destacou o atraso na criação do Sistema Nacional de Educação, cujo Projeto de Lei aprovado no Senado encontra-se em tramitação na Câmara há quase dois anos. Ao agradecer o Secretário pela participação, **Heleno Araújo (CNTE)** anunciou que a SASE disponibilizou duas vagas para o FNE participar da Oficina SigConae, uma para cada comissão, e que foram indicados José Celestino, Coordenador da Comissão Especial de Mobilização e Divulgação (CEMD) e Walisson Araújo, representando a Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização (CEMS). Então, passou a palavra a **Maria Selma Rocha (SASE)**, que saudou os presentes e discorreu sobre a estratégia de cooperação técnica sob coordenação da SASE para apoiar a elaboração dos planos estaduais e municipais, que necessita identificar seus problemas específicos e propor novos objetivos. Também informou que no encontro nacional, programado para 10 e 11 de setembro, será discutido o desenho metodológico dos encontros nas regiões e estados e que serão convidadas as secretarias, os conselhos e os fóruns, tendo a parceria do INEP com a divulgação de dados educacionais produzidos. Enfatizou que não há razão institucional para prorrogar os planos estaduais e municipais de educação, pois ainda estão em vigência. Mencionou a importância da participação do FNE no debate sobre o Projeto de Lei do novo PNE no Congresso. Citou a Plataforma SigConae, em desenvolvimento no MEC, como um sistema que organizará todas as informações das conferências de educação e a Plataforma Participa Mais Brasil como um espaço de divulgação e promoção da participação social. **Walisson Araújo (CE-Senado Federal)** cumprimentou a todos e parabenizou a SASE pela construção das agendas. Destacou o trabalho de enfrentar os desafios para organizar e desenvolver a plataforma SigConae e o cadastro dos fóruns, no desenho detalhado pela equipe da T.I. do MEC, em um processo desafiador que está sendo bem construído, que vai demandar mais diálogos com o Fórum Nacional e estaduais. **José Celestino Lourenço (CUT)** cumprimentou todos e informou que acompanhou a Oficina SigConae realizada pelo MEC, destacando a oportunidade de consolidação da participação dos fóruns estaduais. Pontuou que o aprimoramento do sistema não é somente para garantir toda a história que se tem, mas sim um papel político de organizar o processo de mobilização. **Lueli Nogueira Duarte e Silva (FORUMDIR)** destacou a importância da participação social, afirmando que a oficina foi estratégica porque os fóruns, juntamente com as secretarias e os conselhos de educação, irão elaborar os seus planos estaduais e municipais, auxiliando, também, no monitoramento dos planos. Sugeriu à SASE que na reunião de setembro haja reforço, junto aos Estados e Municípios, de que não há necessidade de prorrogarem os Planos. **Manoel Humberto Gonzaga (UNCME)** saudou a todos e, corroborando com as falas anteriores, informou ter participado de uma reunião itinerante do CNE em Belo Horizonte quando defendeu, em nome da UNCME, o cumprimento dos planos municipais de educação e elaboração de novos planos. Considerou que os fóruns municipais de educação ainda são frágeis, com exceção das capitais e cidades grandes e disse que a UNCME está realizando eventos que contribuirão para as discussões sobre como monitorar e avaliar os planos municipais de educação. **Carlos Alberto Marques (PROIFES)** pontuou que estão fazendo um exame comparativo entre o Projeto de Lei do novo PNE e o documento da Conae 2024, que expressa uma visão sobre o que deve ser planejado para o próximo decênio, percebendo uma certa convergência com a conferência. Frisou que cabe às entidades apresentar complementos ao texto que foi enviado ao Congresso. O

**Secretário Maurício Holanda (SASE/MEC)**, após as manifestações, falou sobre a sensação de missão cumprida e de responsabilidade aumentada, porque será um desafio transformar todo o processo de diálogos e de construção de escrita em algo mais tangível no novo Plano, reiterando a importância do diálogo com o Congresso Nacional, identificando deputados capazes de ouvir as demandas e dialogar com a sociedade. A **Diretora Maria Selma Rocha (SASE/MEC)** falou sobre a complexidade das negociações no Congresso sobre o PL PNE, considerando que o Fórum pode desempenhar um papel crucial, reafirmando a necessidade de diálogo entre o Ministério da Educação (MEC) e o Fórum, e a importância de garantir um texto que preserve princípios essenciais. Mencionou a necessidade de discutir o Sistema Nacional de Educação, o ordenamento financeiro, colocando as divergências em debate visando à aprovação do projeto, sem mais prorrogações, olhando com bom senso para selecionar as emendas centrais e garantir que o plano avance com base nos princípios de justiça social, equidade e garantia de direitos. **Bruna Carvalho (SE/MEC)** reforçou que o Ministério, como parte do Fórum, está presente para ouvir e contribuir com os encaminhamentos e pautas discutidas, ressaltando a relevância da CONAE para a apresentação do PL PNE, sugerindo agendar uma reunião sobre a tramitação do PNE com o Secretário Leonardo Barchini, reiterando que o MEC está à disposição para colaborar com o FNE. **Heleno Araújo (CNTE)** saudou a presença da Deputada Luciane Carminatti, presidente da Comissão de Educação da ALESC e coordenadora do Fórum das Comissões das casas legislativas dos Estados e Distrito Federal, ressaltando a necessidade de discutir a interação entre os fóruns estaduais e as assembleias legislativas na elaboração dos planos de educação. A **Deputada Luciane Carminatti (ALESC)** agradeceu o convite, destacou a importância do Fórum das Comissões, criado durante seu mandato como Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa e explicou que, diante da limitada intervenção das assembleias no debate do novo Fundeb, houve um primeiro encontro em Florianópolis, envolvendo 23 estados e 11 partidos, sendo fundamental para abordar questões como o uso de recursos do Fundeb. Segundo a parlamentar, é preocupante o possível rebaixamento do próximo PNE devido às iniciativas que ameaçam o avanço na educação, o que leva ao desafio do fortalecimento dos fóruns. Por fim, a Deputada colocou-se à disposição para o debate sobre o Sistema Nacional de Educação. **Heleno Araújo (CNTE)** agradeceu e ressaltou a importância da participação social na educação, citando a necessidade de fortalecimento dos conselhos escolares e conselhos de educação, de composição paritária, conforme defendido desde a CONAE de 2010. Também informou sobre o Seminário Internacional de Educação nos dias 28 e 30 de outubro de 2024. Destacou a importância do diálogo com o Ministro Márcio Macedo e a integração com a Secretaria de Participação Social. Mencionou a reunião com a Presidenta da Internacional da Educação e o Secretário-geral, além de sublinhar a singularidade da Conae no cenário mundial. Com a palavra, o **Secretário Renato Simões**, da Secretaria Nacional de Participação Social da Presidência da República, destacou o trabalho com três planos nacionais em andamento: o Plano Clima, o Plano Nacional de Defesa Civil e o Plano Nacional de Cultura, visando garantir qualidade e efetividade na participação social, mais enraizada nos territórios e com projeção internacional, que possa acompanhar os resultados das conferências, garantir a adoção de medidas concretas, promover a mobilização contínua. O Secretário informou que, em 2023, foram retomados três grandes processos participativos internacionais: o Mercosul Social e Participativo, os Diálogos da Amazônia com uma

Cúpula Social prévia, e a ideia de construir uma Instância de Participação Social no campo das Américas. Além disso, disse que o Presidente Lula propôs a criação do G20 Social, que busca aumentar a participação social e a efetividade dos grupos de engajamento, sendo que a Cúpula Social do G20 abordará três temas prioritários: o combate à fome e desigualdade mundial, a sustentabilidade ambiental e uma nova governança global para enfrentar os desafios atuais, atividade para a qual o FNE foi convidado. Após esclarecer dúvidas dos membros do Fórum sobre os eventos citados, o Secretário colocou-se à disposição do Fórum, enfatizando a importância da Democracia Participativa com discussões transformadas em ações concretas. Após o intervalo para o almoço, **Heleno Araújo (CNTE)** retomou a discussão, indicando a importância dos grupos e comissões do FNE pautarem seus encaminhamentos considerando as discussões ocorridas pela manhã, explicando que foram tratados de informes e diálogos sobre a SASE, da interação com as Assembleias Legislativas, Comissões de Educação dos estados e com a Secretaria de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República. Em acréscimo, **Cleber Ferreira Silva (ABGLT)** destacou a relevância de discutir a transfobia nas redes sociais e o quanto a população LGBT ainda é marginalizada no processo educacional, esclarecendo que não houve evolução substancial nesse aspecto, tanto no papel de profissionais e de alunos, denunciando a exclusão de pessoas LGBT do ambiente escolar. Em seguida, **Heleno Araújo (CNTE)** indicou a importância da ação do FNE frente à tramitação do Projeto de Lei nº 235/2019, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Educação, a começar pela verificação da situação atual na Câmara de Deputados. Também indicou o fortalecimento da participação do Fórum no debate sobre as Eleições Municipais e a realização de audiências públicas nas Câmaras Municipais para discutir os Planos Municipais de Educação, sugeriu a criação de uma subcomissão para mapear e fortalecer os Fóruns Municipais de Educação, além de caravanas para discutir o PL do novo PNE em cada Estado. Também mencionou a realização do Seminário Internacional de Educação, que ocorrerá em Fortaleza nos dias 29 e 30 de outubro, abordou a representação do FNE no Conselho de Participação Social e ressaltou a necessidade de discutir e socializar informações. Em complemento, **José Celestino Lourenço (CUT)** sugeriu como encaminhamento a realização de reunião com os Fóruns Estaduais e Distrital e, se possível, com os Fóruns Municipais, para discutir estratégias de atuação em rede. **Paulo Fossatti (CNE)** acrescentou a proposta de aproximar a educação básica da superior e estabelecer diálogos com a CAPES para que os profissionais possam participar dos editais e ter reconhecimento das práticas que visam melhorar a educação no Brasil. **Heleno Araújo (CNTE)** sugeriu o acompanhamento do lançamento do Prêmio Jovem Cientista, voltado para a educação básica, com a inclusão do tema na pauta do FNE e a presença da CAPES, a fim de divulgar mais amplamente e fortalecer esse tipo de iniciativa. **Wagner Germiniano (ANPUH)** sugeriu a análise dos programas de formação de professores que atuam na educação básica, que aponte demandas de revisão das políticas da CAPES, favorecendo a participação de professores da educação básica em programas de pós-graduação e pesquisa. **Alessandra de Assis (SASE/MEC)** sugeriu que as sugestões de encaminhamento sejam enviadas por escrito para a Secretaria-executiva do FNE, para ajudar com a consolidação e para organizar os encaminhamentos que podem ser apresentados ao novo Secretário Executivo do MEC, Leonardo Barchini, em reunião oficial do FNE e, na oportunidade, discutir pedidos de audiência que foram encaminhados anteriormente, além de atualizar o novo Secretário sobre as agendas e demandas em aberto, promovendo um diálogo

sobre as questões pendentes. **Cleber Ferreira (ABGLT)** sugeriu debater a diferença de carga horária dos professores da educação básica e do ensino superior, aprofundando a reflexão sobre a natureza do trabalho e a importância da pesquisa para a ação docente em todos os níveis, sobretudo com as demandas da educação integral e integrada. **Carlos Alberto Marques (PROIFES)** reforçou a necessidade de investigar o texto do PNE, destacando que a educação científica, que abrange a pesquisa, ainda é uma "zona cinzenta" e que não há uma indicação clara sobre a educação científica na reformulação do ensino médio, que foca mais nos produtos da ciência do que em conceitos, métodos e na formação de cientistas, propondo que o Fórum paute essa questão junto à CAPES. Com o pedido de envio das sugestões apresentadas para a Secretaria-executiva do FNE, **Heleno Araújo (CNTE)** falou sobre a importância de cada debate no FNE ter como referência o PNE. Ato contínuo, consultou o Pleno sobre destaques das atas enviadas por e-mail - Ata da 1ª Reunião Ordinária do Pleno do FNE de 2023, Ata da 2ª Reunião Ordinária do Pleno do FNE de 2023 e Ata da 1ª Reunião Ordinária do Pleno do FNE de 2024. Sem registros de ajustes, as referidas atas foram aprovadas. Em seguida, foi dado início à análise do Projeto de Lei 2.387/2023. Com a palavra, **Aléssio Costa (UNDIME)** expressou preocupação com as chamadas distorções do texto do PL nº 2.387/2023, especialmente no que se refere à definição de professor, deixando brecha para que profissionais em funções de apoio nas escolas busquem a transformação de seus cargos sem passar por concurso público, como preconizado na Constituição Federal, o que poderia implicar em judicialização e desvirtuar o conceito de professor. **Heleno Araújo (CNTE)** falou sobre o pedido de reunião recebido pelo FNE do Movimento Somos Todas Professoras, informando que há mais de 50 designações para profissionais que atuam na educação infantil sem a devida habilitação e o Movimento busca transformar esses cargos para garantir acesso ao magistério, progressão na carreira e piso salarial. Expressou preocupações levantadas pelos sindicatos sobre a transformação de cargos e citou decisões de Tribunais de Contas de alguns Estados que determinaram o retorno às funções originais onde houve conversão. **Madalena Guasco Peixoto (CONTEE)** destacou a complexidade da discussão, destacando a luta pelo reconhecimento dos profissionais e também a precarização do trabalho na educação infantil, defendendo que a formação específica em nível de graduação é fundamental. **Sandro Vinicius Santos (MIEIB)** destacou que a presença de auxiliares na educação infantil, embora importante, ocorre em um contexto de austeridade e falta de financiamento público para a educação infantil, especialmente para creches ou de ampliação de oferta por parcerias público-privadas, nem sempre com as condições justas de trabalho e carreira desses profissionais e outras distorções como pagamento de bolsas de estágio para preencher esses cargos. **Givânia Maria Conceição (CONAQ)** ressaltou que é significativa a desvalorização e ausência de recursos para a educação infantil nos municípios, sugerindo ouvir todos os envolvidos e abordar as questões com respeito e cautela, elucidando a diferença das várias funções na escola. **Alessandra de Assis (SASE/MEC)** destacou a importância do encaminhamento a ser dado pelo FNE para esse debate, mencionando a prioridade dada pelo governo federal para a construção de creches e que não basta ter espaços físicos, destacando a qualidade do atendimento às crianças para que seus direitos sejam respeitados. Também informou que houve 11 solicitações de pronunciamento no Ministério da Educação sobre um Projeto de Lei 2.387/2023 e que seria importante o FNE apresentar ao MEC suas preocupações. **Elizabeth Regina Guedes (ANUP)** informou que o PL 2.387/2023 havia sido aprovado na

Comissão de Educação e estava na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde só se pode avaliar a constitucionalidade, sem entrar no mérito da questão, sugerindo ao MEC e ao FNE entrarem em contato com a autora do projeto para solicitar a suspensão da tramitação, considerando que a situação também impactaria as escolas privadas, que buscam isonomia em relação à pública. **Luiz Dourado (ANPAE)** disse ser crucial não se opor aos profissionais da área, lembrou que a questão foi abordada pelo Decreto 8.752/2016, que buscava estabelecer condições de trabalho mínimas para os profissionais da educação, pontuou que a discussão não deve ser apenas sobre valorização, mas também sobre a qualidade da educação e a precarização que afeta muitos profissionais, registrando que, em alguns Estados, mais de 60% dos professores estão em situações precárias. Citou o caso de Goiânia, onde cuidadores foram contratados pela companhia de limpeza urbana, evidenciando a falta de diretrizes adequadas. Ressaltou que a CONAE 2024 foi uma oportunidade para abordar o problema, apoiando a complexidade das condições de trabalho nas diversas modalidades educacionais. Por fim, criticou a Resolução CNE 04/2024 diante da urgência de estabelecer uma Política Nacional de Valorização dos Profissionais da Educação. Em síntese, **Heleno Araújo (CNTE)** sugeriu ao GTT sobre a valorização dos profissionais da educação, consolidando a análise sobre a Política Nacional e ouvindo o Movimento Somos Todas Professoras em reunião proposta para o dia 12 de setembro às 15h. Além disso, sugeriu a realização de conversas com a Assessoria Parlamentar do MEC e o diálogo com a Deputada Cavalcante para externar preocupações relacionadas ao tema. Ato contínuo, **Heleno Araújo (CNTE)** propôs a realização de reunião com os Fóruns Estaduais para o dia 26 de agosto, às 10 horas, a fim de debater os encaminhamentos e a mobilização em torno do Plano Nacional de Educação. Com a palavra, **Walisson Araújo (CE-Senado)** esclareceu que o grupo de trabalho encarregado de relatar a CONAE 2024 promoveu análise do Projeto de Lei nº 2.614/2024, do novo PNE, à luz das deliberações da Conferência e que esse documento servirá de referência para as defesas do FNE no Congresso Nacional, com destaque para a necessidade de identificar prazos e metas intermediárias, a falta de qualificação de algumas metas e estratégias, o financiamento precisa ser mais robusto, a necessidade de maior integração entre gestão democrática, diversidade, direitos humanos e educação ambiental. Aberto o debate sobre o PL do novo PNE, a fim de subsidiar o documento de análise do FNE, **Madalena Guasco Peixoto (CONTEE)** classificou o Projeto de Lei como inovador, pois, além das metas, inclui princípios fundamentados em uma concepção democrática de educação. Sugeriu que o documento do FNE priorize o fundamental, considerando que, embora faltem elementos, há aspectos essenciais para os embates a serem realizados, a exemplo da meta de crescimento das vagas no ensino superior, que é problemática, pois não esclarece a porcentagem de ampliação nas escolas públicas. Sugeriu uma análise detalhada das realidades atuais do ensino superior no Brasil, especialmente em relação ao crescimento na rede privada e ao capital aberto. Abordou questões relacionadas ao financiamento da educação, indicando que o plano menciona um princípio geral de 10% de financiamento, mas não especifica que isso se aplica apenas à educação básica. Concluiu que a análise deve ter um viés político, auxiliando as entidades e organizando as ações do FNE no parlamento. **Fernanda Sobral (SBPC)** indicou a participação ativa do grupo, demandando o apoio de Walisson Araújo (CE-SENADO) com informações sobre audiências públicas e sugeriu organizar a agenda de discussão de emendas com os Deputados Federais. Quanto às lacunas no texto, destacou a intersecção entre

educação e meio ambiente, a necessidade de uma educação que aborde as desigualdades sociais, a fome e as mudanças climáticas, a importância de incorporar a educação científica nos currículos escolares, conforme discutido na Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia. **Lara Santos Rocha (CEERT)** ressaltou a importância da estratégia política para acompanhar a tramitação do PL do novo PNE em relação à base conservadora, expressando sua preocupação sobre como marcar uma defesa sem se distanciar dos princípios defendidos. Disse que chama a atenção a ausência de termos como "gênero" e "LGBTQIAP+" e a falta de atenção ao termo "evasão" pode ocultar a realidade da expulsão sistemática de alunos, principalmente da população negra e LGBTQIA+. Também criticou o uso isolado do termo "racismo", apenas em relação a escolas quilombolas, enfatizando o esforço coletivo durante a construção do Plano e a necessidade de incorporar uma perspectiva transversal e de equidade, inclusive considerando o racismo ambiental. **Carlos Alberto Marques (PROIFES)** destacou a importância de entender o papel do FNE, que tem a obrigação de promover as conferências e produzir um documento final, o papel do governo, que deve apresentar o Projeto de Lei, e o papel do Congresso Nacional como árbitro das discussões. Ressaltou a necessidade de uma análise comparativa que será realizada pela comissão, visando identificar convergências, diferenças e lacunas entre as propostas apresentadas pelo governo e aquelas que surgiram do processo de participação social, sem descartar a livre manifestação de cada entidade. Também sugeriu o acompanhamento do debate parlamentar por meio de posições do FNE sobre o PL, considerando que, embora haja pontos de convergência, há equívocos que precisam ser corrigidos na abordagem ambiental. **Walisson Araújo (CE-SENADO)** informou que a Senadora Teresa Leitão apresentou um requerimento no Senado Federal para a realização de um ciclo de audiências públicas, apesar do debate estar ocorrendo na Câmara dos Deputados, quando as entidades do FNE participaram, em diversas mesas, para contribuir com o debate, destacando a importância da socialização e atualização das informações entre os participantes do Fórum. **Antônio Lacerda Souto (CONTAG)** avaliou positivamente o PL do novo PNE, destacando o avanço em comparação ao anterior, com a inclusão de um objetivo que aborda a educação do campo, quilombola e indígena, em consonância com a Conae 2024. Também solicitou à CEMS que considerasse as contribuições do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), sugerindo que a Comissão coletasse informações e sugestões das entidades. Ressaltou a importância do PL tratar das especificidades da educação do campo, apontando que os conteúdos e materiais didáticos muitas vezes não refletem a realidade das populações rurais, promovendo uma visão urbana que contrasta com as vivências locais. **Alessandra de Assis (SASE)** manifestou acordo com Antônio Lacerda Souto (CONTAG) sobre as entidades do FNE subsidiarem a CEMS com suas contribuições, ressaltando a necessidade de dialogar também com os representantes das famílias e estudantes no FNE. Chamou a atenção para a circulação de informações falsas sobre o PL, enfatizando a importância do protagonismo do FNE para a realização de um debate efetivamente democrático. Lembrou de edições anteriores da Conae, em que houve ataques que dificultaram discussões sobre gênero e diversidade. Expressou preocupação com grupos que se opõem à aprovação do plano e que tentam deslegitimar a Conae. Sugeriu que o FNE escalonasse suas manifestações, afirmando que deveria haver uma sinalização ao Congresso sobre a intenção de aprovação do plano. Além disso, destacou a urgência de aprovação do documento de análise, já que o Ministério da Educação iniciará conversas com estados e

municípios para auxiliar na elaboração de novos planos. **Luzia Mota (CONIF)** reconheceu os desafios enfrentados pela sociedade brasileira em relação à aprovação do PNE e concordou com a necessidade de uma estratégia política eficaz que promova o avanço da educação pública no país no próximo decênio, ressaltando a importância de manter as defesas necessárias para garantir o que é essencial e falou sobre a importância de pautar a não prorrogação do plano por mais quatro anos. Ademais, compartilhou sua participação em um grupo de trabalho (GT) que está elaborando a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, coordenado pela SETEC/MEC, ressaltando a necessidade de que essa política dialogasse com o novo PNE e abordasse as metas da educação profissional, que foram insuficientemente debatidas na Conae. Destacou a importância do sistema de avaliação que está sendo construído pelo Inep, sugerindo que esse sistema seja incluído no PNE como um instrumento de avaliação das metas, estratégias e objetivos, deixando claro que essas questões devem ser discutidas ao longo do processo de elaboração do plano. **Heleno Araújo (CNTE)** ressaltou a importância do trabalho do FNE, mencionando o desafio de organizar uma conferência extraordinária em oito meses e a reivindicação sobre o Fórum ter participado do processo de elaboração do PL, antes de ser enviado à Casa Civil pelo MEC. Ressaltou a importância do documento de análise do FNE para evitar uma posição fragmentada e dar unidade à ação do Fórum, sugerindo a estratégia de mobilização no formato de caravana junto aos Estados. **Givânia Maria Conceição (CONAQ)** disse que há lacunas que não podem ser negligenciadas, especialmente em relação às questões ambientais e do racismo, expressou preocupação com os esforços para a nova política do PNLD, concordou com a proposta da luta unificada e alertou sobre ações contrárias que pretendem desestabilizar as políticas, sugerindo que a análise do FNE reconheça os consensos e identifique as lacunas, por meio de uma abordagem colaborativa e coesa. **Manoel Humberto Gonzaga (UNCME)** expressou satisfação com os encaminhamentos sugeridos, sobretudo o de promover uma escuta ativa dos Conselhos e Fóruns Municipais, destacando que a posição de sua entidade será firmada no 33º Encontro Nacional de Conselhos Municipais de Educação. Considerou desnecessária a prorrogação dos Planos Municipais de Educação e ressaltou a fragilidade dos Fóruns Municipais nos últimos anos, agravada pela pandemia e pela falta de atenção dos governos. **Alessandra de Assis (SASE)** pediu parte na discussão para informar que a iniciativa de prorrogar o plano nacional partiu da Deputada Adriana Ventura e da Senadora Soraya Santos, que propuseram a prorrogação para 2028, já a Senadora Dorinha pediu uma extensão de dois anos e o processo culminou em uma prorrogação de um ano e meio. Em complemento, **Luiz Dourado (ANPAE)** ressaltou a necessidade de um entendimento amplo da conjuntura transnacional, visto que o movimento de direita não é exclusivo do Brasil, mencionando a relevância da Conae 2024 nesse debate e reforçou, como essencial, o FNE ter uma estratégia política assertiva. Sugeriu que o FNE acompanhe o debate na Comissão de Educação, discutindo os prazos e garantindo que o texto final reflita as contribuições coletivas. Em seguida, **Heleno Araújo (CNTE)** calculou que a aprovação do PNE até 25 de dezembro de 2025 implica em uma vigência até 25 de dezembro de 2035, enfatizando a urgência da aprovação e propondo que, considerando as manifestações do Pleno, a Coordenação do FNE, junto com a Secretaria-executiva do FNE apoiem a CEMS para agilizar a conclusão da minuta do texto de análise, a ser colocado para apreciação do Pleno e seguir com o acompanhamento do processo, propondo a criação de uma comissão especial na

Câmara e incentivando o debate por meio da caravana do PNE. Em seguida, **Fernanda Sobral (SBPC)** questionou a posição do Fórum em relação ao Parecer CNE que tratava da criação de novos cursos de pós-graduação, expressando preocupação com a possibilidade da mudança aumentar as desigualdades regionais e sugerindo que o FNE discuta e se posicione. Sobre esse tema, **Elizabeth Guedes (ANUP)** pontuou preocupações com a autonomia das universidades consolidadas e facilidades para a abertura de cursos que poderiam comprometer a qualidade. **Wagner Germiniano (ANPUH)** destacou que a decisão é contrária à Meta 15 do PNE ao limitar essa autonomia a universidades concentradas principalmente no Sul e Sudeste, excluindo instituições de outras regiões. **Paulo Fossatti (CNE)** sugeriu o reexame do parecer, questionando o conceito de "universidade consolidada" e informando que as associações de reitores emitiram uma nota contrária, pontuando a falta de debate sobre a questão. **Madalena Guasco (CONTEE)** questionou o significado da expressão "consolidada" e "universidade de pesquisa" e indagou sobre o impacto da Resolução no financiamento das pesquisas na área das Ciências Humanas. Como encaminhamento para este debate, **Helena Araújo (CNTE)** sugeriu que Fernanda Sobral (SBPC), Wagner Germiniano (ANPUH) e Elizabeth Guedes (ANUP) elaborassem uma minuta sobre o parecer do CNE para submeter à apreciação e orientar o posicionamento do FNE. Dando continuidade à reunião, no segundo dia de trabalho do Pleno, **Alessandra Assis (SASE)** conduziu o diálogo sobre informes, propostas e encaminhamentos dos Grupos de Trabalhos Temporários do FNE. Com a palavra, **Madalena Guasco Peixoto (CONTEE)** informou que o GTT 06 - Regulamentação da Educação Privada propôs um questionário para obter informações sobre outros países, contando com o apoio da Assessoria Internacional do MEC para estabelecer interlocução com as embaixadas, mencionou a análise das oitivas e documentos das entidades que compõem o FNE, e finalizou indicando a necessidade da ampliação do prazo do GTT em 03 (três) meses para a produção de relatório final. Foi sugerido ao grupo a retomada da interlocução com a Secretária Marta Abramo, da SERES/MEC sobre a recomposição do Conselho de Aperfeiçoamento das Diretrizes da Regulamentação do Ensino Superior, instância que tem debatido, por exemplo, a regulamentação do Ensino EAD. Com a palavra, **Roberta Guedes (ANEC)** trouxe informações sobre o GTT 01 - Novo Ensino Médio, enfatizando a intenção do Grupo de encaminhar proposições e discutir posicionamento do FNE a respeito da regulamentação da Lei do Ensino Médio, em elaboração na Câmara de Educação Básica do CNE. Foi sugerido que o grupo busque acesso às oitivas de entidades realizadas pela SEB/MEC, que haja maior aproximação desta unidade do Ministério que faz parte do FNE, que a participação do representante do FNE no Comitê do Ensino Médio seja oportunidade de estreitar o debate. Sobre esse tema, **Hugo Silva (UBES)** deu informações sobre a mobilização de estudantes e professores, sobre os documentos que a UBES tem formulado e apresentado ao MEC, a exemplo do Programa de Integração Latino-Americana que aborda a linguagem, cultura e, principalmente, o ensino de espanhol nas escolas públicas brasileiras, que conta com aceno positivo do Presidente Lula, assim como convidou a todos para o Ato Nacional de Mobilização em Defesa do Orçamento e Contra as Taxas de juros, no dia 14 de agosto. Em seguida, **Luiz Dourado (ANPAE)** informou que o GTT 02 - Formação dos Profissionais da Educação também solicitava a prorrogação do prazo, devido à necessidade de discussão sobre a aprovação da Resolução CNE 04/2024. Também informou sobre a participação do Grupo no diálogo com a SETEC sobre a formação de funcionários para educação básica, revisitando a Resolução CNE 02/2016.

Também registrou a participação da ANPAE em um programa realizado na Bahia e a dificuldade de agendar audiência com a Secretaria Executiva do MEC para tratar de pontos sensíveis sobre a formação de profissionais da educação. Em resposta, **Bruna Carvalho (SE/MEC)** destacou a importância da entrega de relatórios parciais para que o MEC possa analisar e dar encaminhamento que se fizerem necessários, a partir do acúmulo apresentado por cada GTT. Com a palavra, **Vivian Katherine Melcop (UNDIME)** esclareceu que o GTT 07 - Cultura de Paz nas Escolas havia discutido a necessidade de estabelecer as condições para o monitoramento das políticas públicas atuais e conhecer os programas e políticas em andamento, sobretudo no âmbito da SECADI/MEC, mantendo o acompanhamento desse tema visto que o enfrentamento ao problema é permanente. Foi sugerido por **Cleber Ferreira (ABGLT)** que o GTT acompanhasse as discussões do Grupo de Trabalho sobre Bullying Escolar, considerando o material enviado por ele no grupo de Whatsapp. Também foi sugerido pelos membros presentes, em relação a esse e aos demais temas, que o FNE organizasse uma metodologia geral de acompanhamento das políticas, incluindo a realização de reuniões temáticas ao longo dos meses, de modo a fortalecer um acompanhamento mais sistematizado e a fim de atender à função do FNE de monitorar a política nacional de educação, para que pudesse apresentar, periodicamente, uma avaliação em um processo de monitoramento contínuo. Após breve saudação e agradecimento pelo espaço da CAPES para a reunião do FNE, foi passada a palavra para **Denise Carvalho, Presidenta da CAPES** que saudou a todos, esclareceu dúvidas sobre a Resolução do CNE sobre a Pós-Graduação, elaborada com a finalidade de melhorar a qualidade e enfrentar as desigualdades históricas nesse nível de ensino. Ato contínuo, **Sandro Vinícius (MIEIB)** iniciou o relato sobre o GTT 04 - Política de Alfabetização das Crianças, Jovens e Adultos, informando que foi enviado um relatório do grupo, mas, tendo em vista a prorrogação, o encaminhamento seria aprofundar o texto para entrega definitiva à Secretaria Executiva do FNE, em breve. **Otto Benar Farias (CONFENAPAIS)** expôs sua percepção acerca dos temas contemplados pelo GTT 05 - Programa Escolas Cívico Militares, Educação Doméstica e Lei da Mordaça, destacando a posição adotada pelo governo sem diálogo com os pais, o fato de serem assuntos polêmicos e que não há um consenso. Também explicou que o GTT propôs um método de análise das propostas de uma visão dialética, ouvindo estudiosos e os pais, informando que há um documento em elaboração, a ser apresentado e discutido com o Pleno. Após os informes dos grupos, além das sugestões pontuais a cada grupo, foi consensuado o **encaminhamento de prorrogar pelo prazo de mais 180 dias a apresentação de relatórios dos GTTs**. Por fim, **Alessandra Assis (SASE)** deu informações sobre a publicação do site do FNE na Plataforma Participa Mais Brasil e lembrou que a CEMD vai elaborar um Plano de Comunicação que deverá orientar a produção e difusão de conteúdos do FNE, assim como parabenizou e agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a reunião.

**ANEXO DA LISTA DE PRESENÇA DA 2<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENO DO  
FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO (FNE) - 12 E 13 DE AGOSTO DE 2024 - 9H  
ÀS 18H (CAPES)**

1. Secretaria Executiva do Ministério da Educação - SEA - Bruna Carvalho (Suplente)
2. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino - SASE - Alessandra Santos de Assis (Titular)
3. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - Márcia Serra Ferreira (Titular)
4. Conselho Nacional de Educação - CNE - Paulo Fossatti (Suplente)
5. Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal - Walisson Maurício de Pinho Araújo (Suplente)
6. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF - Luiza Matos Mota (Titular)
7. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME - Aléssio Costa Lima (Titular); Vivian Katherine Fuhr Melcop (Suplente)
8. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE - Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho (Titular)
9. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - CONTEE - Madalena Guasco Peixoto (Titular)
10. Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico - PROIFES - Carlos Alberto Marques (Titular)
11. Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação - FONCEDE - Ricardo Tonassi Souto (Titular)
12. União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME - Manoel Humberto Gonzaga Lima (Titular)
13. União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES - Hugo do Carmo Silva (Titular)
14. União Nacional dos Estudantes - UNE - Marcela Acácio da Silva (Titular)
15. Confederação Nacional de Pais e Alunos - CONFENAPAIS - Otto Benar Ramos de Farias (Titular)
16. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC - Fernanda Antônia da Fonseca Sobral (Titular)
17. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED - Geovana Mendonça Lunardi Mendes (Suplente)
18. Associação Nacional de Política e Administração da Educação - ANPAE - Luiz Fernandes Dourado (Titular)
19. Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras - FORUMDIR - Lueli Nogueira Duarte e Silva (Titular)
20. Movimento Interfóruns da Educação Infantil do Brasil - MIEIB - Sandro Vinícius S. dos Santos (Titular)
21. Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil - Fóruns EJA Brasil - Dimitri Assis Silveira (Suplente)
22. Associação Brasileira de Alfabetização - ABALF - Gabriela Medeiros Nogueira (Titular)
23. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - C0NTAG - Antônio Lacerda Souto (Titular)

24. Centro de Estudo das Relações do Trabalho e Desigualdades - CEERT - Lara Santos Rocha (Suplente)
25. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos - ABGLT - Cleber Ferreira Silva (Titular)
26. Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena - CNEEI - Daniela Franciela Sales Kaingang (Titular)
27. Central Única dos Trabalhadores - CUT - José Celestino Lourenço (Titular)
28. Confederação Nacional da Indústria - CNI - Wisley João Pereira (Titular)
29. Associação Nacional das Universidades Particulares - ANUP - Elizabeth Regina Nunes Guedes (Titular)
30. Associação Brasileira das Reitoras e dos Reitores da Universidades Estaduais e Municipais - ABRUEM - Odilon Máximo de Moraes (Titular)
31. Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB - José Carlos Aguilera (Suplente)
32. Associação Nacional de História - ANPUH - Wagner Geminiano dos Santos (Titular)
33. Associação Nacional das Escolas Católicas - ANEC - Roberta Valéria Guedes (Titular)
34. Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência e Residência Pedagógica - FORPIBID-RP - Cristiane Antonia Hauschild Johann (Suplente)
35. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras, Rurais e Quilombolas - CONAQ - Givânia Maria da Silva Conceição (Titular)

## **REPRESENTANTES**

1. Maurício Holanda (Secretário - SASE/MEC)
2. Maria Selma Rocha (Diretora - SASE/MEC)
3. Renato Simões (Secretário de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência da República)
4. Denise Carvalho (Presidenta - CAPES)

## **CONVIDADOS**

1. Adriana Andrés (SASE/MEC)
2. Elias V. de Oliveira (SETEC/MEC)
3. Fernanda L. Villas Boas (CAPES)
4. Antônio Carlos Amorim (CAPES)
5. Katiana Santiago (ABMES)